

## POLÊMICAS E EMBATES: AS TENTATIVAS RECENTES DE EXCLUSÃO DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Elaine Gomes Ferro <sup>1</sup>  
Jorge Luís Mazzeo Mariano <sup>2</sup>

### RESUMO

O Brasil nos últimos anos tem vivido um campo de disputa no que se refere ao debate sobre as questões de gênero na Educação. Tendo esse cenário como plano de fundo, o presente estudo teórico buscou identificar as principais polêmicas e embates recentes vinculados a esse contexto além de problematizar o conceito de Ideologia de Gênero, que se apresenta como a principal justificativa para as posturas reacionárias que buscam obstaculizar o debate público e vedar a discussão de gênero e sexualidade nas escolas. A título de conclusão, o trabalho concorda com os referenciais adotados reitera a necessidade da presença do gênero no currículo escolar.

**Palavras-chave:** Gênero, Escola, Educação, Ideologia de Gênero, Diversidade.

### INTRODUÇÃO

O presente cenário acerca das discussões de gênero no Brasil é sem dúvida o mais reacionário e conservador das últimas décadas. Aliás, nunca antes as temáticas de gênero, sexualidade e educação estiveram em tamanha evidência na sociedade brasileira, no entanto, as polêmicas, o preconceito e negação do conhecimento científico tem tido maior destaque no debate social. O contexto social contemporâneo sinaliza um clima intimidador para pesquisadoras e pesquisadores da área de gênero, feminismo e sexualidade.

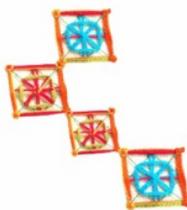
Diante de tal realidade o objetivo principal deste trabalho<sup>3</sup> foi compreender o processo histórico recente da emergência das ideias e discursos antigênero no país de modo a identificar as principais tentativas de exclusão da temática de gênero e sexualidade da escola além de refletir acerca do conceito de ideologia de gênero. Com

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação da Universidade Estadual Paulista – UNESP (Câmpus de Presidente Prudente), [elainegferro@hotmail.com](mailto:elainegferro@hotmail.com);

<sup>2</sup> Docente da Graduação em Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS (Câmpus do Pantanal), [jorge.mariano@ufms.br](mailto:jorge.mariano@ufms.br).

<sup>3</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil.



relação à metodologia, a pesquisa se baseou nos princípios da abordagem qualitativa a partir levantamento e seleção bibliográfica de diferentes estudiosas (os) que têm buscado compreender esse momento caótico que o Brasil vive com relação a tentativa do divórcio entre gênero e educação.

A relevância da inclusão de gênero na Educação é dada pela discriminação/opressão histórica feminina. A história humana destaca que a luta das mulheres por reconhecimento e justiça é fruto de uma longa marcha de reivindicação<sup>4</sup>, apesar disso, existe o consenso que tais direitos ainda não são universais, uma vez que em diversos países do globo as mulheres ainda não possuem direitos básicos como de se divorciar, e dirigir.

O trabalho se fundamentou tanto em estudiosas (os) das questões de gênero (BLAY, 2019; FELIPE, 2007; LOURO, 2008; SAFIOTTI, 1999), como em autoras (es) que discutem as repercussões da crescente onda de rejeição do gênero na educação (FRIGOTTO, 2017; GUIZZO; FELIPE, 2015; SILVA; SOUZA, 2018; TOMMASELLI, 2018), e também em trabalho de pesquisadores que analisam o discurso da assim chamada “ideologia de gênero” (BORGES; BORGES, 2018; REIS; EGGERT, 2017; SILVA, 2018).

Em síntese, os dados analisados para esse trabalho indicam que ainda está em curso no Brasil uma verdadeira cruzada de caráter reacionário que busca intimidar pesquisadoras/es, docentes e militantes e impor uma agenda de retrocessos em relação aos estudos de gênero na educação.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa se respaldou em uma abordagem qualitativa, procedendo a uma análise descritiva (OLIVEIRA, 2016). Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica na qual procedemos a leitura, fichamento, estudo e análise de livros, artigos que versam sobre os temas de gênero educação, ideologia de gênero entre outros trabalhos que analisam os recentes ataques as questões de gênero na Educação. A partir da leitura de

---

<sup>4</sup> A jornada histórica humana está cheia de exemplos de mulheres que em sua própria época ousaram a questionar os padrões vigentes e suas trajetórias até hoje inspiram a luta pela igualdade. Neste sentido, antes do surgimento do movimento feminista, a figura de Olympe de Gouges (1748-1793) se destacou no contexto de Revolução Francesa em razão de sua luta pela igualdade de direitos.



tais obras identificamos e discutimos os fatos que consideramos mais significativos neste contexto: A) “Kit Gay”; b) Movimento escola sem partido; c) Ataque à questão do Enem; d) BNCC.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Concordamos com Almeida (2017) que o Brasil vive um momento de perdas no que tange aos direitos adquiridos com a redemocratização do país. A chamada nova “onda conservadora” tem como principais articulistas grupos religiosos e seus representantes políticos que formam a denominada “bancada religiosa” no congresso federal que reuniu esforços para o enfrentamento das questões de gênero em diferentes esferas da sociedade, principalmente nas escolas.

Assim, apresentamos algumas tentativas contemporâneas de extirpar as discussões relativas aos estudos de gênero da área da educação (sobretudo, da escolar).

### A) “Kit Gay”

A polêmica em torno do “Kit Gay” surge no cenário brasileiro levantada por políticos da bancada religiosa, contra o Programa Brasil sem Homofobia.<sup>5</sup>

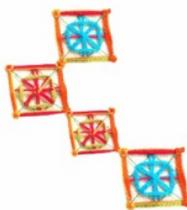
As críticas e a posterior suspensão do referido Kit muito provavelmente ocorreram pelo fato de ainda vivermos em uma cultura em que a heterossexualidade é vista como a única possibilidade de os sujeitos viverem sua sexualidade. (GUIZZO; FELIPE, 2015, p. 6).

Nesse contexto, o modo pejorativo com que tais congressistas apelidaram o material já era um indicativo do viés preconceituoso e intolerante de parte da comunidade política.

### B) Movimento escola sem partido

---

<sup>5</sup> O Programa objetivava “[...] a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos”. (BRASIL, 2011, p. 7). Neste sentido, o Ministério da Educação (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e produziram 3 vídeos e um guia para as (os) docentes debaterem a sexualidade no âmbito escolar, em consonância as ações do Programa que, dentre outras metas, previa: “Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade”. (BRASIL, 2011, p. 22).



O denominado movimento Escola Sem Partido (ESP), coordenado pelo advogado Miguel Nagib, é um movimento de natureza conservadora que se afirma apolítico e apartidário. Conforme informações em seu *website* o movimento se divide em duas vertentes:

[...] uma, que trabalha à luz do Projeto Escola Sem Partido, outra, o uma associação informal de pais, alunos e conselheiros preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior. (MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO, 2018, s/p).

O movimento acredita que há nas escolas militantes políticos “travestidos” de professores que impõe suas visões de mundo aos alunos das escolas brasileiras, ou seja, a premissa básica é a de que os professores “doutrinam” as crianças e os jovens com base em suas crenças e convicções pessoais, principalmente relacionadas a questões sociais e de gênero.

Observando o que entende o Escola Sem Partido por doutrinação, verifica-se tratar de silenciamento ou cerceamento de qualquer posição docente e mesmo da educação escolar progressista em torno das questões de gênero e das teorias sociais críticas e posições políticas à esquerda [...]. (SILVA; SOUZA, 2018, p. 15).

A base do movimento é a censura haja vista que o projeto de lei que propõe é a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para a inclusão em todas as salas de aula do país um cartaz com os “deveres do professor”<sup>6</sup>.

Para Frigotto (2017) o Escola sem Partido representa uma “[...] ameaça à vivência social e à liquidação da escola pública como espaço de formação humana, firmado nos valores da liberdade, de convívio democrático e de direito e respeito à diversidade”. (p. 17). O sentido autoritário da proposta é identificado na sua tentativa de criminalizar conteúdos históricos necessários e relevantes para a formação humanista da classe trabalhadora, além de expressar o ódio aos diferentes movimentos sociais como o das mulheres, dos negros, das lésbicas, dos *gays* e dos transgêneros entre outros. (FRIGOTTO, 2017).

---

<sup>6</sup> De acordo com o Projeto de Lei nº 867, de 2015, de autoria do deputado Izalci Lucas, no artigo 5º, § 1º “Para o fim do disposto no caput deste artigo, as escolas deverão fixar nas salas de aula, nas salas dos professores e em locais onde possam ser lidos por estudantes e professores, cartazes com o conteúdo previsto no Anexo desta Lei, com, no mínimo, 70 centímetros de altura e 50 centímetros de largura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas”. (BRASIL, 2015).



Se o ESP trabalha em primeiro plano no combate a “doutrinação esquerdista”, seu plano secundário é combater a chamada “ideologia de gênero” a partir de uma análise moralizante e conservadora. Ao incluir a temática de gênero na proposta o ESP explicita articulação das demandas dos grupos neopetencostais, católicos e conservadores. Sendo que a inclusão da pauta moral foi essencial para o projeto ganhar adesão das referidas forças conservadoras. (TOMMASELLI, 2018).

O movimento ESP atualmente perdeu forças e em agosto de 2019 o próprio Miguel Nagib chegou a divulgar que o movimento seria encerrado por falta de investimento (BASÍLIO, 2019). No ano seguinte, Nagib anunciou o seu desligamento do movimento<sup>7</sup>, e, malgrado a página do movimento na internet estar inativa, ela apresenta a mensagem “Aguarde, em breve estaremos de volta”, indicando um possível retorno. Quando seu conteúdo estava disponível era possível acessar materiais como, por exemplo, o áudio de uma mãe postado em fevereiro de 2017 que denunciava uma professora de Santa Catarina em um suposto episódio de doutrinação durante a aula.

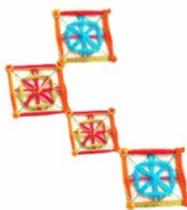
Após sucessivos arquivamentos e desarquivamentos em sua tramitação na Câmara dos Deputados desde sua primeira versão em março de 2015, o último andamento relativo ao ESP se refere ao deferimento de um requerimento apresentado pelo Deputado Federal Felipe Barros (PSL) que solicitou a retirada de sua assinatura do Projeto de Lei. Ademais, apenas em 2020, o Supremo Tribunal Federal apontou a inconstitucionalidade da proposta em quatro ocasiões<sup>8</sup>.

Se percebe assim que embora o projeto não tenha sido implantado em nível Federal vários projetos em níveis Estaduais e Municipais foram aprovados, além de vários casos de professores denunciados e expostos por trabalharem temas considerados ideológicos ou por simplesmente expressarem seus posicionamentos políticos no interior

---

<sup>7</sup> Recentemente Nagib anunciou que está deixando o movimento: “O advogado Miguel Nagib, fundador do Escola Sem Partido, anunciou hoje o fim de sua participação no movimento. Segundo Nagib, os canais administrados por ele também terão as atividades encerradas”. (APÓS..., 2020).

<sup>8</sup> Isto se refere à três Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nas quais os ministros do STF apontaram a inconstitucionalidade de algumas legislações inspiradas pelo movimento ESP: a de número 467, em 28/05/2020, referente à legislação de Ipatinga/MG, que visava excluir do ensino público municipal a discussão sobre a diversidade de gênero e orientação sexual; a de número 526, em 08/05/2020, relativa à proibição da menção ao estudo do gênero e à orientação sexual nas escolas de rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu/PR; e a de número 457, em 29/04/2020, concernente à proibição dos materiais didáticos em escolas públicas municipais de Novo Gama/GO que contivessem o que denominam de “ideologia de gênero”. Além das ADPF mencionadas, em 21/08/2020 foi julgada a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de número 5537 e 5580, relativa a uma lei estadual de Alagoas que afirmava coibir a doutrinação política e ideológica nas escolas. O plenário do STF julgou que a lei é inconstitucional.



da escola. São diversos os casos de censura de livros, ameaças de gravação de aulas e perseguições a docentes em todos os níveis de Educação.

### **C) Ataque à questão do Enem**

O ataque mais emblemático a uma questão do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ocorreu em 2015 quando uma das questões destacou uma das obras da filósofa francesa Simone de Beauvoir<sup>9</sup>. Em uma rede social o Deputado e Pastor Marco Feliciano divulgou a seguinte nota acerca da presença da filósofa na prova:

O ENEM colocou na prova um texto de uma MULHER com problemas emocionais e psicológicos e quer convencer milhões de alunos a não aceitar sua condição natural de MACHO ou FÊMEA. Quem formula as provas do ENEM possivelmente tem problemas emocionais e psicológicos assim como Simone. Sinto muito que pessoas emocionalmente instáveis, com problemas de aceitação estejam em funções tão importantes. (FELICIANO, 2015, N/P).

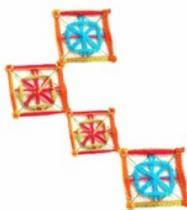
A postagem do referido deputado demonstra todo o seu desprezo pelo pensamento de Beauvoir, além de reafirmar a tradicional visão binária de gênero/sexo. Ao não concordar com o pensamento contraditório, ou seja, ao argumento que desnaturaliza a mulher como destino biológico a mensagem do deputado também busca ofender não só a Beauvoir como também ao responsável que formulou, revelando assim toda a sua indignação as ideias feministas.

Sobre a famigerada frase presente na questão é importante destacar que há mais de cinquenta anos a intelectual Simone de Beauvoir provocou o meio acadêmico com a expressão “*Ninguém nasce mulher: torna-se mulher*” demonstrando as múltiplas possibilidades de construção da vivência da mulher (LOURO, 2008). Nesse sentido, Safiotti (1999) destaca que a famosa expressão pode ser entendida também como uma formulação primária do conceito de gênero.

A contribuição de Beauvoir na luta pela emancipação feminina é inestimável, sobretudo, para os estudos feministas. As reflexões da filósofa francesa permitiram que

---

<sup>9</sup> A obra “O segundo sexo” causou polêmica desde a sua primeira publicação, em 1949. Tendo sido considerado “[...] imoral para uns, pouco científico, para outros, *et pour cause* perigoso para quase todos, o livro foi descrevendo sua trajetória de, no mínimo, abalar crenças”. (SAFIOTTI, 1999, p. 158).



se construísse um novo entendimento das questões de gênero deixando de relacionar tal construção aos aspectos puramente biológicos.

#### **D) BNCC**

Talvez o recuo na legislação mais comentado seja o provocado na Base Curricular Comum (BNCC). Fruto de longo embate, as menções aos estudos de gênero foram eliminadas do documento.

Em uma busca na versão final do documento (BRASIL, 2017) foram encontradas 499 vezes o termo “gênero”, mas em nenhuma delas a expressão se refere às relações sociais de gênero. A utilização da palavra no documento serve para designar “gêneros textuais”, principalmente no conteúdo de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental.

### **Ideologia de gênero e a fundamentação da exclusão do gênero na Educação**

Após a apresentação de algumas das mais emblemáticas tentativas de excluir as discussões de gênero da educação, passamos à discussão dos elementos que fundamentam esses ataques, com destaque para o discurso da “ideologia de gênero”.

Como salienta Louro (2008), o processo de construção dos gêneros e das sexualidades ocorre por meio de inúmeras aprendizagens práticas implícitas ou explícitas, por diferentes representantes da sociedade e instituições: médicos, família, escola, igreja, meios de comunicação, publicidade, publicações, entre outras<sup>10</sup>.

Silva (2018) realizou uma revisão sistemática acerca do termo ideologia de gênero e destacou que este é utilizado inicialmente pelo movimento feminista e movimento LGBT, para destacar a violência de gênero presente na sociedade. Assim, a utilização do termo por esses grupos procurava expressar em certa medida os processos de opressão/exclusão a qual historicamente estiveram submetidos, afirmando assim a existência das chamadas “ideologias de gênero”:

Esta categoria apresenta estudos que afirmam existir ideologias de gênero na sociedade. Tais ideologias subjugam mulheres aos homens, transgêneros às/aos cisgêneros; homossexuais e bissexuais às/aos heterossexuais. (SILVA, 2018, p. 26).

---

<sup>10</sup> De acordo com Louro (2008, p. 18): “As proposições e os contornos delineados por essas múltiplas instâncias nem sempre são coerentes ou igualmente autorizados, mas estão, inegavelmente, espalhados por toda a parte e acabam por constituir-se como potentes pedagogias culturais”.



Deste modo, as ideologias de gênero expressariam as ideologias do machismo e da LGBTfobia. O autor salienta que a utilização do termo, no entanto, não está restrita a esses grupos sociais e que representantes conservadores (as) têm utilizado o termo ideologia de gênero com uma interpretação oposta do sentido atribuído pelas feministas e pessoas LGBTs.

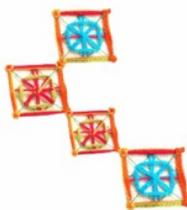
Para o segundo grupo, formado por militantes conservadores (as) e/ou religiosos (as), a “ideologia de gênero” parte de uma premissa falsa e representa todo um conjunto de práticas amorais: “[...] como um conjunto de ideias falsas, de origem marxista, que têm o objetivo de aniquilar a família natural, fomentar toda sorte de libertinismos sexuais incluindo as uniões homoafetivas, a pedofilia, a zoofilia e a necrofilia. (SILVA, 2018, p. 26)”. Enquanto a primeira acepção pretende expor e denunciar os mecanismos de dominação/opressão a segunda explora aspectos religiosos e morais deixando claro que as formas de utilização do conceito de ideologia de gênero no contexto contemporâneo no Brasil não só são diferentes como expressam posições antagônicas acerca da discussão de gênero.

Conforme destacam Reis e Eggert (2017) no atual contexto nacional o termo ideologia de gênero vem sendo evocado por grupos e pessoas que defendem uma concepção tradicional, reacionária e até fundamentalista dos papéis sociais de gênero. “O avanço do movimento conservador/religioso sobre a educação no momento obteve eficácia graças ao pânico moral instaurado pela categoria acusatória da ideologia de gênero”. (BORGES; BORGES, 2018, p. 20).

Sabemos que os ataques e retrocessos ao feminismo e diversidade nas políticas de educação não se esgotam aqui e muito menos nesse governo, no entanto a história mostra que a resistência é um processo histórico e contínuo.

Apesar do momento ímpar no que tange a questão do reconhecimento dos direitos das mulheres, a luta feminista continua atuante e resistente em face a desigualdade estrutural entre os sexos e a violência de gênero. Aspectos que estão distantes de serem superados, sobretudo, pela forte tradição machista e patriarcal que normaliza, naturaliza, e difunde por meio de práticas e representações a “suposta” inferioridade feminina.

Embora os movimentos de luta das mulheres por direitos em diferentes esferas sempre tenham existido é relativamente recente a noção de inclusão de tal preocupação no processo educativo escolar. Na segunda metade do século XX é que grupos de



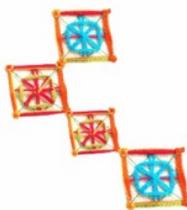
diferentes seguimentos, até então tidos como marginais, passam não somente a reivindicar por direitos como também a questionar a educação vigente. Tais grupos “[...] buscavam o direito de ter suas diferenças reconhecidas: não como o exótico, o estranho, e sim como uma forma de vida que é a sua”. (GUIZZO; FELIPE, 2015, p. 2).

As Leis 11340/06 e 13.104/15, também conhecidas respectivamente como Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio, e o recente reconhecimento pelo Superior Tribunal Federal (STF) da homofobia e transfobia como crimes de ódio, destacam não somente o entendimento por parte do Estado brasileiro da necessidade de punição da violência contra as mulheres, homossexuais e transexuais, como também a evidência que esse tipo de crime está disseminado no país a ponto de necessitar de leis específicas para o seu enfrentamento. Nesse sentido, a inclusão de temas de diversidades, sexualidade e gênero se faz importante, sobretudo no Brasil, que ostenta números vergonhosos de violência e discriminação promovidas por intolerância relacionada ao gênero, orientação e identidade de gênero. (REIS; EGGERT, 2017).

Viana (2012) destaca que as políticas educacionais relacionadas ao gênero no Brasil são fruto de intensa negociação e ocupação de espaços por parte da militância, nesse sentido “tanto o Estado quanto os movimentos, nas suas respectivas pluralidades, articulam-se e/ou disputam acirradamente interesses sociais que se fazem presentes nesse processo”. (p. 130). Assim, um currículo elaborado com essa demanda social deveria ser organizado de modo a possibilitar o oferecimento de um espaço de escuta para grupos historicamente silenciados, reconhecendo que vivemos em uma sociedade conflituosa em que diferentes grupos disputam o poder.

Além desse aspecto educativo primário, não dá para perder de vista que o caráter formativo que as escolas exercem em seu âmbito com relação aos seus alunos e as questões de gênero e sexualidade, ao condenar a penetração das temáticas, de gênero, feminismo e diversidades as famílias estão ignorando que socialização secundária de crianças e jovens é realizada prioritariamente nas instituições de Ensino e, portanto as escolas são produtoras de identidades.

As instituições escolares podem ser consideradas um dos mais importantes espaços de convivência social, desempenhando assim um papel de destaque no que tange à produção e reprodução das expectativas em torno dos gêneros e das identidades sexuais. (FELIPE, 2007, p.79).



A mesma autora assevera que nas escolas as diferenças entre meninos e meninas são evidentes e atravessam suas vivências de diferentes modos como nas piadas de cunho sexista, ou no controle extremo da sexualidade infantil, sobretudo dos meninos, quando se apresenta de modo considerado “desviante”<sup>11</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual temos observado uma série de disputas de discursos em que a visão reacionária tem prevalecido em detrimento de uma concepção humanista/inclusiva no campo educacional. Assim, tendo em vista o objetivo de compreender o processo histórico recente da emergência das ideias e discursos antigênero no país, identificamos algumas tentativas de cerceamento (concebidas/concretizadas) de inclusão/discussão de gênero nas escolas do país.

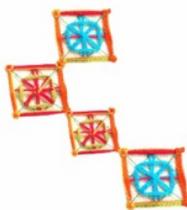
De forma geral os discursos reacionários em relação às questões de gênero e feminismo buscam enaltecer a família (patriarcal), criticam o aborto, não reconhecem a desigualdade entre homens e mulheres na sociedade além de não recriminarem a violência contra a população LGBTQi+. Nesse sentido, os trabalhos consultados destacam que a aversão ao feminismo e ao debate sobre as questões de gênero e sexualidade são unificadas no conceito de “ideologia de gênero”.

Por fim é importante destacar que as ciências humanas, em razão de seu *status* crítico, identificaram ao longo dos anos não somente as formas de opressão social como também se posicionaram em favor de transformações necessárias, contrapondo-se, sobretudo, às tentativas autoritárias e reacionárias de obnubilação do debate acerca das relações sociais de gênero no âmbito da educação. Atualmente as (os) pesquisadoras (es) e também os educadores (as) devem assumir o compromisso de defesa de uma educação plural, inclusiva que incorpore o debate acerca das relações sociais de gênero.

## REFERÊNCIAS

---

<sup>11</sup> Segundo Felipe (2007, p. 79): “Outro problema muito comum nas escolas é a discriminação quanto à orientação sexual, gerando, muitas vezes, comportamentos homofóbicos e misóginos não só entre os/as alunos/as, mas também entre o corpo docente”.



ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 50, e175001, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332017000200302&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200302&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 07 ago. 2019.

APÓS derrota no STF, fundador do Escola Sem Partido diz que deixa movimento. **UOL**, São Paulo, 22 ago. 2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/08/22/apos-derrota-no-stf-fundador-do-escola-sem-partido-diz-que-deixa-movimento.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 23 ago. 2020.

BASÍLIO, Ana Luiza. Escola Sem Partido anuncia o fim de suas atividades. **Carta Capital**, São Paulo, 19 jul. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-anuncia-o-fim-de-suas-atividades/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BLAY, Eva Alterman. Do feminismo ao gênero: Uma nova Inquisição? **Revista USP**, São Paulo. n. 122, p. 63-70, julho/agosto/setembro 2019.

BORGES, Rafaela Oliveira; Borges, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, e230039, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782018000100231&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100231&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 06 ago. 2019.

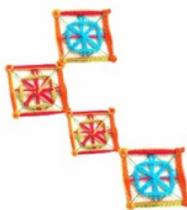
BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 867, de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 23 set. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC\\_C\\_20dez\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf). Acesso em: 30 ago. 2017.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

FELICIANO, Marco Antônio. **Quem foi Simone de Beauvoir, a feminista cujo texto foi usado na prova do Enem**. Brasília, 26 out. 2015. Facebook: Marco Feliciano @PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano/posts/quem-foi-simone-de-beauvoir-a-feminista-cujo-texto-foi-usado-na-prova-do-enem-si/739981909475164/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

FARIA, Teles. Eduardo Bolsonaro desiste de indicação para embaixador do Brasil nos EUA. **UOL**, São Paulo, 22 out. 2019. Disponível:



<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/22/eduardo-bolsonaro-desiste-de-embaixada-nos-eua.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 23 ago. 2020.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. **Pro-Posições**, v. 18, n. 2 (53) - maio/ago. 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 17-34.

GUIZZO, Bianca Salazar; FELIPE, Jane. Avanços e retrocessos em políticas públicas contemporâneas relacionadas a gênero e sexualidade: entrelaces com a educação. In: 37ª Reunião Nacional da Anped, 2015, Florianópolis. **Anais da 37ª Reunião Nacional da Anped**, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, ago. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072008000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000200003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 30 ago. 2020.

MOVIMENTO escola sem partido. Educação sem doutrinação. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/movimento>. Acesso em: 06 ago. 2019.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, Jan. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 ago. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Primórdios do conceito de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 12, p.157-163, 1999.

SILVA, André Luiz Batista da; SOUZA, Maria Antônia de. Movimentos conservadores no âmbito da educação no Brasil: disputas que marcaram a conjuntura 2014 a 2018. **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), v. 4, n. 2, p. 7-23, jul./dez. 2018.

SILVA, Ivanderson Pereira da. Em busca de significados para a expressão “ideologia de gênero”. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 34, e190810, 2018. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982018000100186&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100186&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 ago. 2019.

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. **Escola Sem Partido: indícios de uma educação autoritária**. 2018. 199 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.